

CADERNOS DE GEOGRAFIA

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS · UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA 2001 N.º 20



GEOGRAFIA DA UNIÃO EUROPEIA*

J. M. Pereira de Oliveira**

I - UMA CERTA IDEIA DE EUROPA - DA MITOLÓGICA EUROPA ATÉ AOS NOSSOS DIAS

Na mitologia grega, Europa terá sido o nome de uma formosa Princesa de Tiro, antiga cidade da Fenícia e porto célebre pelas suas navegações comerciais no Mediterrâneo.

Zeus, que seria o pai de todos os deuses, era um incorrigível sedutor, e também Europa terá caído sob o seu olhar concupiscente. Como ela fosse muito esquiva, Zeus transfigurou-se num touro completamente branco e conseguiu assim aproximar-se dela sem que ela o suspeitasse sob aquele disfarce.

Cativada pela beleza e ardilosa mansidão do animal, acabou por se confiar e subiu para o dorso do touro “divino”.

Zeus aproveitava a ocasião esperada para a raptar. Atravessa a nado com a sua preciosa carga até Creta para onde a levou, e aí, seduziu-a finalmente¹.

Esta emblemática história consubstancia talvez – no quadro da mitologia grega - uma espécie de premonição.

Europa, que terá tido, como tantas outras, filhos de Zeus, com a sua formosura, estaria talvez na origem de uma espécie de destino que conduziria a uma desejada tendência para que as partes diferentes viessem a formar um todo perfeito como a mítica Europa era.

Mas como assim?

A verdadeira História da Geografia da Europa, porém, não foi bem a que a mitológica beldade que lhe deu o nome, pudesse fazer supor.

De facto, ao longo dos séculos a História regista, no espaço geográfico da Europa, que hoje está consagrado como o sub-continente europeu – dos Urais, a Leste, às finisterras Portuguesa e Espanhola, a Oeste e do Cabo Norte, nos confins da Lapónia Norueguesa, ao Cabo Lithinon, na costa Sul da Ilha de Creta – é fruto de um conjunto de mil e uma acções políticas e de aconteci-

mentos bélicos que tinham implicitamente uma finalidade evidente: “a constituição de um mesmo espaço sob uma mesma autoridade”. Verdadeiramente, e *avant la lettre*, um escopo geopolítico.

Na realidade, foram inúmeros os impérios que se fizeram e desfizeram; múltiplos interesses se chocaram; diversas civilizações se interpenetraram, se enriqueceram e se contrariaram; vários estados se erigiram e ruíram, muitas nações se caldearam e se implantaram sobre um território que ao longo desses mesmos séculos variou em recuos e avanços, quantas vezes só tardiamente fixados em verdadeiras fronteiras político-culturais definindo territórios, congregando uma população, sob um mesmo governo, enfim, criando estados.

Curiosamente, só um, Portugal, conheceu as fronteiras actuais, desenhadas a golpes de espada e ousadia e definidas finalmente no Século XIII, embora com o pequeno retoque muito posterior de Olivença, não reconhecido por todos.

Enfim, numa síntese do que poderia chamar-se o quadro em que todas as tentativas para o desenho político da Europa segundo se referiu acima - a constituição de um mesmo espaço sob uma mesma autoridade – é forçoso verificar que tudo, ou quase tudo, se tentou, ao fim e ao cabo e principalmente, *manum belli*. Escreveu J. ANCEL que “a guerra é a fronteira em marcha”² e LACOSTE, mais tarde diria de outra forma que “a Geografia, antes de mais, serve para fazer a guerra”³.

Os pretextos foram muitos e variados, e repetiram-se ao longo dos tempos e segundo as vertentes da filosofia política vigentes. Desde as questões dinásticas das famílias reinantes, às questões decorrentes dos confrontos culturais, passando pelas questões religiosas e, enfim, quase sempre concomitantes, pelas de ordem económica, foram quase infinitas as razões, claras ou obscuras que as sociedades foram inventado e delas sofrendo as consequências.

Seria impossível e fastidioso tentar sequer rapidamente passar em revista os mais evidentes sucessos de que a História da Europa nos dá notícia. Basta no entanto

* Palestras proferidas nos dias 14 e 15 de Maio de 2001 na disciplina de Geografia da União Europeia.

** Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

¹ SCHMIDT, Joel - *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, Lisboa, Edições 70, 1995

² ANCEL, Jacques – *Géopolitique*. Paris, Delagrave, 1938

³ LACOSTE, Yves - *A Geografia serve antes de mais para fazer a guerra*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977

que se passem os olhos por um capaz dicionário histórico para ter essa noção clara¹.

Já quase nos nossos dias, no 1º quartel do Século XX, um conflito que eclode no desfazer de mais um império, transforma-se numa longa peleja que veio a merecer a designação de Grande Guerra.

Mais tarde, praticamente 21 anos depois, essa trágica designação teria de ser alterada para 1ª Grande Guerra 1914-18 para não se confundir com a 2ª Grande Guerra 1939-45, que acabou por ser praticamente uma guerra mundial.

No cerne das razões dessas duas grandes tragédias, lá estava mais ou menos claro o mesmo propósito. As razões invocadas pareciam, como sempre, diferentes, mas no fundo tratou-se de facto de mais uma pretensão de criar, *manum belli*, um mesmo espaço sob uma mesma autoridade.

Entretanto, na sequência de latentes factos anteriores relacionados com a queda de outro império, euro-asiático, sob a capa de uma nova “justiça” - que viria a mostrar-se menos digna desse nome - aproveitando embora os descontentamentos legítimos e as consequências da intervenção na Grande Guerra de 1914-18, refaz-se e aumenta o antigo Império dos Czares da Rússia, com não menor derramamento de sangue.

Com o final da 1ª Grande Guerra - naquilo que hoje normalmente com alguma justeza, se chama a Europa Ocidental - apesar de tudo, permaneceram ainda alguns princípios da ordem política vigente que se fundamentavam, quer nas estruturas de base dinástica de algumas das famílias reinantes, apesar do conflito, e de certo modo se confundiam sob uma crescente democratização com as Repúblicas entretanto consolidadas ou recém emergentes e mantinham uma hegemonia bem marcada.

Com a Alemanha de Guilherme II recentemente unificada, os Aliados vencedores da época terão pensado que seria pedagogicamente adequado humilhar os vencidos como forma dissuasória de novas pretensões.

Porém, ferido o orgulho dos vencidos, quase se pode afirmar que, potencialmente, se tinham criado as condições psicológicas para uma possível futura *révanche*.

Era só preciso esperar o momento em que aparecesse um patético “condotieri” e uma nova concepção geopolítica mais radical pudesse eclodir. Em nome da prevalência de pretendidos direitos inatos justificavam-se acções que os pudessem pôr em vigor. Expressões conceptuais como

as do “sentido do espaço” e do “espaço vital” entre outras, foram levadas à máxima idealização como suporte de um exacerbado nacionalismo expansionista. Este, era ainda, infelizmente, baseado num culto elitista e num preconceito eugénico de uma pretensa raça pura que, em consequência, foi verdadeiramente transformado numa espécie de paranóia, quase colectiva, que se saldou numa tão trágica hecatombe.

A eclosão da 2ª Grande Guerra foi o previsível resultado. Das alianças tácticas, espúrias entre inimigos confessos, dos genocídios mais cruamente perpetrados às destruições maciças e específicas das instalações industriais, das infra-estruturas de apoio à economia, dos grandes centros de decisão e de concentração populacional, incluindo aqueles que guardavam os símbolos mais significativos da Cultura e da Criatividade civilizacional dos beligerantes, tudo foi quase sistematicamente transformado em alvos predilectos a atingir.

Como resultado final, uma Europa mártir de mil e um conflitos ao longo de séculos, viu-se então quase completamente arrasada frente a um futuro não muito risonho, muito imprevisível, entre Aliados vencedores com concepções geopolíticas perfeitamente opostas e que, mais ou menos em surdina, se enfrentavam perigosamente. Chamou-se então a esse confronto “Guerra Fria”, espécie de vestíbulo para uma outra ainda mais quente como a que as catástrofes atómicas de Hiroshima e Nagasaki prefiguraram.

Uma primeira voz autorizada entre os vencedores se levanta porém, premonitoriamente, para alertar e apontar um novo caminho a seguir, uma nova concepção das relações entre os vencedores e os vencidos.

Chamberlain, após a vitória sobre a Alemanha de Guilherme II, já apontara para a necessidade de contrariar a tendência, então muito viva, no sentido de humilhar os vencidos, propugnando, pelo contrário, a conveniência de uma política de apoio à reconstrução da Europa destruída de então.

Com Daladier, Chamberlain, após a subida democrática de Hitler ao poder, tentou evitar que este desencadeasse a tragédia. Era, porém, tarde demais, infelizmente.

Foi Whinston Churchill - exactamente um dos grandes responsáveis pela vitória na Guerra de 1939-45 - quem, pouco depois do final do conflito e a rendição dos vencidos, avançou com a ideia de que era necessário criar uma instituição que estudasse e propusesse tudo o que seria fundamental dar à Europa renascente no sentido de um respeito pelos princípios basilares da chamada Democracia Ocidental, em particular os chamados Direitos do Homem.

Assim veio a criar-se em Londres, em 1949 - fixando porém a sua sede em Estrasburgo - o chamado Conselho

¹ KINDER, Hermann e HILGRMANN, Werner - *Atlas Histórico Mundial*, Tradução para o Espanhol de ARENAS, Antón Dieterich, 2 vols. Madrid, Ediciones ISTMO, 1971 e ainda, MCEVEDY, Colin - *Atlas Histórico Medieval*, Tradução para Português de RAVARA, Ana. Lisboa, Editora Ulisseia, 1973.

da Europa, cujos fins seriam, e continuam a ser, o fomento de uma união mais estreita entre os Estados membro do Conselho, a fim de salvaguardar e promover os ideais e princípios que são o seu património comum e favorecer os seus progressos económico e social.

As finalidades do Conselho da Europa não se confundiam com as da Sociedade das Nações, que o Presidente Wilson, dos Estados Unidos, havia inspirado no rescaldo da Guerra de 1914-18.

Porém, o aparecimento da Organização das Nações Unidas-ONU, em 1945, cuja ideia germinou durante a guerra e não no final dela como sucedeu com a Sociedade das Nações, teve também outra virtude. De facto, se foi uma espécie de continuação dos intuitos da criação da Sociedade das Nações - que falhou - retomou o sentido inicial daquela, mas procurando ajustar-se segundo um figurino mais respondente às novas condições e aos novos problemas previsíveis e emergentes, pela situação dos confrontos ideológicos e não só, que à escala mundial eram já notórios e crescentes, mas principalmente entre os dois blocos que se afirmavam frente a frente numa Europa praticamente destroçada e incapaz de se reerguer sem apoios, mas também de uma Europa que não perdera felizmente a consciência do seu lugar no Mundo que cada vez mais se mostrava mais interdependente.

Quando se verificaram e quantificaram as situações que a reestruturação política, administrativa, económica, social, cultural em todas as suas formas, como património basilar das respectivas identidades territoriais e não menos nos aspectos puramente de reconstrução das feridas resultantes das destruições sofridas, como essencial, tornou-se evidente a necessidade de uma ajuda clara e imediata de apoio financeiro e técnico à reconstrução europeia que permitisse aos países europeus retomarem as suas capacidades produtivas, tanto na perspectiva das necessidades alimentares como nas demais, as Indústrias de base necessárias às reconstruções, criadoras e/ou restauradoras de empregos, as da retoma de funções sociais de base, fortemente abaladas pelos confrontos de toda a ordem, resultantes da desorganização criada pelo conflito e postas em evidência por todo um acervo de gritantes carências. Foi pertinente entender a importância da rápida solução dos problemas da Saúde, da Educação e da Investigação e todos os demais campos da complexa existência das sociedades evoluídas que teriam que ser re-equacionados para obstar ao aproveitamento indevido dessas gravosas circunstâncias.

Assim, surgira logo em 1947 o chamado Plano Marshall que os E.U.A. resolveram empreender como resposta geo-estratégica à confrontação que se erguia já bem marcada pela sujeição à tutela do chamado Bloco de Leste - onde a União Soviética impusera a sua férrea

orientação - sobre os Países que, tendo sofrido no seu território os confrontos bélicos com enormes desgastes humanos e materiais, passaram então a ser dominados pelo poder da superpotência vencedora de Leste, sob ocupação do Exército Vermelho e, sobretudo, privados das prescrições fundamentais dos Direitos Fundamentais do Homem.

Constituiu esse Plano - ao mesmo tempo que permitiu um acelerado processo da reconstrução - um autêntico travão ao progresso para o Ocidente europeu do expansionismo ideopolítico euro-asiático. Foi concebido pois, também com um sentido geo-estratégico evidente.

Na sequência da sua pertinente acção viria a ser criado em Paris em 1948, a Organização Europeia para a Cooperação Económica (OECE) - a que, por sua vez em 1961, sucedeu a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos-OCDE, ainda vigente, cujos objectivos são o estudo, preparação e promoção de políticas que visam contribuir para uma sã expansão económica nos estados membro. São 24, dado que se tornou extensiva a Países não europeus mas beligerantes em 1939-45.

De qualquer forma, desse impulso dado tempestivamente - que até mesmo Países que não foram beligerantes dele beneficiaram, como é o caso de Portugal - renasceram em crescente vitalidade as capacidades que foram sempre apanágio e característica das sociedades europeias. Revitalizaram-se as Universidades e os Centros de Investigação; uma noção renovada da aplicabilidade dos saberes por sua vez acrescentou mais-valias ao esforço da procura de novos conceitos e inovações tecnológicas com efeitos multiplicadores.

Todo este acelerado processo não deixou de ter também um intuito geopolítico e, ao contrário da humilhação e destruição moral dos vencidos - dir-se-á que a guerra terá sido mais contra os preconceitos e valores que nada têm a ver com a defesa da dignidade e do sentido teleológico da existência do Homem - o Plano Marshall foi o instrumento geoestratégico que proporcionou a tempo impedir o desastre que se prefigurava nas doutrinas tanto dos chefes do chamado Eixo, os vencidos, como afinal, terminado o conflito, as pretensões geopolíticas dos vencedores de Leste.

Em síntese. No rescaldo do grande conflito de 39-45, na realidade, do lado dos aliados vencedores, latente, viria a cavar-se um fosso entre duas concepções hegemónicas, dois pensamentos antagónicos, dominados por duas superpotências: os EUA, económica e militarmente e a URSS, mais do ponto de vista militar que economicamente.

O primeiro, baseado no conceito ocidental de democracia parlamentar e pluralista; o segundo, no da democracia popular, de figurino bolchevique.

A Europa, entre os dois, aparecia como um fragilizado sub-continente dividido. Os aliados ocidentais – monarquias e repúblicas democráticas, parlamentares e pluralistas e as repúblicas populares de Leste, tuteladas pelo poder inquestionável da URSS e ocupadas pelos seus exércitos, ditos do Pacto de Varsóvia.

A tutela inicial dos próprios territórios nacionais da Alemanha no âmbito das fronteiras, quer anteriores às anexações desta no início da guerra, quer as resultantes das ocupações na sequência do movimento das frentes abertas durante a guerra, tinham sido repartidos entre os Aliados vencedores de forma evidentemente desigual e segundo critérios pouco claros, se considerarmos em particular os intuitos geopolíticos do bloco de Leste que incluíram os Países sob a tutela política e militar da URSS.

Todavia, apesar de já em 1945, logo a seguir ao final da guerra, a consciência da necessidade da Europa se unir para conseguir a paz política e a reconstrução económica foi evidentemente desejada, só em 1950 nasce um novo impulso a partir de uma nova ideia basilar: a de uma autêntica “construção da Europa”, como meio de conseguir um desenvolvimento equilibrado, no respeito pelos princípios fundamentais do espírito da “Declaração Universal dos Direitos do Homem” e do direito dos povos a disporem de si próprios.

Quem em primeiro lugar lança com raro vigor e uma fundamentação baseada na sua experiência vivida, foi Jean Monnet, diplomata, político e antigo ministro do Governo Francês. O seu proselitismo encontrou outro notável conhecedor das questões europeias e particularmente na perspectiva das vicissitudes das economias europeias, Robert Shuman, outro profundo conhecedor, político, diplomata e ministro do Governo Francês. Hoje são conhecidos como os “Pais da Europa”.

Mais tarde, a Comunidade Económica Europeia-CEE, atingiria, com outra mais ampla visão, a compleição e a designação de União Europeia, estrutura complexa eminentemente política, criada no âmbito do chamado Tratado de Roma, de 1957 e englobando afinal os Estados que fundaram e aderiram às antes referidas CECA e CEEA-EURATOM e os demais que se lhes juntaram posteriormente e são hoje 15.

Foi pois partindo de uma forte intenção de reestruturação, inédita aliás, e de natureza fundamentalmente económica, cuja virtude seria a de permitir organizar e relacionar determinados parâmetros de base, foram criadas sequencialmente a partir de 1951, três organizações: a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço-CECA; a Comunidade Europeia da Energia Atómica-CEEA ou Euratom; e a Comunidade Económica Europeia-CEE ou Mercado Comum.

Este conjunto, mais tarde, em 1957, sob a designação de Tratado de Roma, faria a primeira junção dos textos originais da CECA, da CEEA-EURATOM e da CEE ou Mercado Comum, introduzindo-lhes as perspectivas e os métodos e processos adequados a uma implementação dos esforços político-administrativos necessários ao tratamento entre os Estados membro que, à partida, deveriam procurar um consenso equilibrado e de afastamento dos possíveis desencontros potencialmente propiciadores de conflitos indesejáveis.

De facto, reconhecida que fora a importância da produção equilibrada do carvão e do aço para a reconstrução material da Europa, a CECA apareceu como um instrumento de reorganização e de controle desses produtos basilares. Os principais Países potencialmente produtores desses bens de base, especialmente a França e a Alemanha, mas também a Bélgica, a Itália, o Luxemburgo e os Países Baixos, reconheceram, pelo Tratado de Paris, em 1951, não só essa renovada importância sob o ponto de vista das suas próprias economias, como para os Países para quem as respectivas utilizações eram absolutamente imprescindíveis para a revitalização da sua economia geral.

Noutro plano, o da energia, não menos significativo para a retoma e evolução positiva das respectivas economias fortemente debilitadas em consequência do conflito, mas também pelo carácter, não só estratégico do ponto de vista militar, mas também dos factores essenciais das potenciais e modernas aplicações em relação às clássicas fontes de energia - com horizontes cada vez mais limitados pelo excesso da sua exploração - e face ainda às perspectivas de controle da sua utilização, dada a extrema perigosidade do seu uso, impunha-se estabelecer regras e formas de registo/controlar o seu uso, tendo em conta todos os condicionalismos a que ela obrigava. A EURATOM, nascia exactamente para se ocupar, de um plano de consensos buscados entre os seus membros, que à data eram já possuidores das tecnologias nucleares, quer para fins militares, quer para aplicação pacífica. Naturalmente, a Comunidade Europeia da Energia Atómica, dada a situação entretanto criada com a confrontação ideopolítica dos dois blocos, aparecia na fundamentação do contexto abrangente que foi o Tratado da Roma, como acima deixamos já referido.

O Tratado de Roma, naturalmente consagrava basicamente a essência política que se procurava, mas terá tido o cuidado de estruturar os seus órgãos constitutivos de forma a possibilitar os aspectos fundamentais, a saber: a concepção das políticas que, de certo modo, seriam propostas por uma espécie de governo supranacional, a Comissão Europeia; a discussão democrática dessas propostas políticas e, sobre certos aspectos, decisiva, seria

fundada na apreciação feita pelos representantes dos Estados membro, eleitos e não dependentes dos governos nacionais, como autênticos deputados, no Parlamento Europeu; o Conselho de Ministros, órgão coordenador das políticas sectoriais, constituído por Ministros ou Secretários de Estado sectoriais, e assistidos por um Comité de Representantes permanentes; finalmente, resultado da inesperada resistência a uma ideia inicial de concepção federalizante, e tal como fora consagrado no chamado “Acto Único Europeu” em 1987, o Conselho Europeu, que, pelo “Compromisso do Luxemburgo”, de 1966, reúne os Chefes de Estado ou os Primeiros Ministros dos Estados membro, periodicamente, sob a designação de Cimeiras ou Conselhos Europeus, duas vezes por ano, destinados à harmonização das políticas nacionais, permitindo que os máximos responsáveis nacionais que as integram se possam opor ou ratificar as políticas sectoriais preconizadas pelos diferentes sectores específicos da Comissão Europeia.

Outrossim, alguns aspectos comuns, de outra natureza, tais como os que podem ser apreciados, apoiados ou ainda sancionados, quer pelo Tribunal de Justiça das Comunidades, quer pelo Tribunal de Contas.

Outros aspectos ainda foram contemplados no contínuo aperfeiçoamento do esforço de “construção da Europa”. Refiro-me em particular aos organismos financeiros por assim dizer estruturais, tal como o FEDER, FSE e o FEOGA (secção “orientação”).

O tratado dito de Maastricht, de 1992, que cria uma “nova” União Europeia, baseada nas comunidades completadas por disposições novas respeitantes à política estrangeira e de segurança comum e à cooperação de polícia e de justiça, prevê também um Comité Europeu das Regiões, um Fundo de Coesão Económica e Social e um Instituto Monetário Europeu que veio substituir em 1994 o anterior Fundo Europeu de Cooperação Monetária-FECOM.

Finalmente, é de referir, *the last, not the least*, pela sua significativa importância, a criação de uma moeda única, inicial e provisoriamente o ECU que já hoje definitivamente passou a designar-se EURO e cuja entrada em vigor está prevista para o ano de 2002.

Todo este longo, paulatino e trabalhoso caminhar para o sonho de Monnet e Shuman - que não quer ser uma utopia - de uma nova Europa e que pretende muito legitimamente, sem destruir ou minimizar a identidade dos seus Estados membro, criar uma coesão interactiva resultante das virtualidades dos contributos de todos eles, continua a ser um magno desafio às capacidades das gerações que se sucederão no espírito de erradicar para sempre as manifestações de egoísmo e de ganância, erguidos como princípios legítimos e como predicados nacionalistas em

detrimento dos valores da solidariedade, do respeito pela dignidade da pessoa humana, pelos seus direitos inalienáveis à vida, a qualidade do seu existir como seres criativos e existenciais únicos, fazedores de civilizações, que só se tornam viáveis e respeitáveis se são capazes de reconhecer as demais e os seus criadores.

Estamos já hoje muito longe dos processos anteriores onde as movimentações se faziam quase sempre recorrendo às armas. Mas estamos ainda muito longe também da paz perpétua.

Estamos ainda na fase em que circunstâncias resultantes da falência de utopias desumanas criaram situações de quase ingentes apetências.

Às portas da União Europeia batem hoje muitos dos naturais de Países que após a queda dos regimes partidocráticos do Leste e não só, sonham encontrar nela a possibilidade de refazer as suas vidas.

Países como a Itália, a Espanha, a Grécia e Portugal, de um estatuto de Estados de emigração, passaram à condição de Estados de Imigração, enquanto outro Estado membro da União, por exemplo, viu acrescida a sua população com os seus antigos nacionais após a reunificação do seu antigo território nacional e mais o número crescente dos que querem entrar e participar no futuro dessa Europa ainda haver e aos quais se juntam também todos quantos pretendem encontrar no seu território a terra prometida.

Estará longe ainda pois a “construção final da Europa”? Talvez. Mas tudo quanto se espera e deseja é que definitivamente estejam erradicadas todas as possíveis mas indesejáveis formas que a história da Geografia Política da Europa tão longamente registou.

2 - CAMINHOS DA CONSTRUÇÃO DA EUROPA: HERANÇAS E PROBLEMAS

Como se poderá ter entendido na minha anterior palestra, os caminhos da construção da Europa para a concretização do sonho de Jean Monnet e Robert Schumann, não foram - nem ainda serão - fáceis de percorrer e realizar.

Rica de eventos, trágicos, uns, verdadeiramente dignos de registo e preservação, outros, no seu conjunto historicamente situados no Tempo e na Geografia, não podem ser completamente apagados da memória dos povos, pois, quer se queira quer não, todos fazem parte de um património multissecular comum. De resto, todo o acervo desse historial transcende o mero espaço dito europeu, tal como foi consagrado e ainda é reconhecido. Quanto do que é a realidade da Europa de hoje não deriva das vivên-

cias e das inter-relações mais abrangentes com outros espaços do todo terrestre?

Uma das heranças mais fundamentais das sociedades no seu percurso através dos tempos foi sem dúvida, por sua vez, provinda da biológica necessidade de sobrevivência através do instinto de conservação do indivíduo e da sua espécie. Esse princípio basilar implica não só a existência de um espaço que proveja ao suporte das condições do referido instinto, como também a atitude lógica da sua defesa contra os outros grupos.

Como também é natural, esse espaço – que poderá ter sido nos primórdios da vida um quadro mesológico muito simples, foi, ao longo do seu percurso evolutivo e diversificado, transformando-se em complexos ecológicos.

No momento crucial da evolução, com a emergência dos hominídeos e finalmente de um ente digno do nome de Homem, o animal dotado de razão, os espaços que eram territórios, adquiriram o estatuto de ambientes onde a quota-parte mais significativa das transformações resultou de uma consciente e crescente actividade inovadora, desde as mais frustrantes e simples criações tecnológicas até aos mais fulgurantes e duradouros resultados da criatividade estética. Enfim, de um longo percurso que vem do primitivo núcleo do pétreo instrumento de sílex do Paleolítico Inferior ao esplendor marmóreo de um David de Miguel Angelo, dos registos pintados em Lascaux às galas cromáticas de um Cézanne e de um Van Gogh ou às explosivas e fortes deformações intervenientes de uma Guernica de Picasso.

De qualquer modo, porém, os ambientes diferentes que a superfície terrestre conheceu e ainda conhece, não deixaram de ter a componente de cariz mesológico, de ser territórios. Embora inicialmente só de forma muito ténue e específica de cada espécie, eles tinham referências de dimensão/extensão que os próprios animais marcavam – e ainda marcam – de forma fisiológica.

Dos antigos territórios ecologicamente vitais não vai um grande passo até à situação seguinte. Esta pressupõe dois predicados fundamentais, a saber: a posse do território, diremos a sua transformação em propriedade do grupo ou seja a posse que implica oposição a outro ou outros grupos e a apropriação desse território, no sentido que nasce com o aparecimento da agricultura e que define o período do Neolítico na história do Homem, que o transforma de colector e/ou caçador, num crescente sedentário tanto agricultor com pastor, a que correspondem os resultados das transformações que as acções que o Homem faz, racionalmente, sobre a superfície terrestre. Numa síntese rápida, corresponde à passagem progressiva e crescente de um Homem que aprende a aproveitar a Biogeografia e, a pouco e pouco, a transmuta numa diversificada Geografia Humana.

Uma consequência de todas estas manifestações de uma evolução, e principalmente, as que advêm da evolução substancial dos espaços humanizados, é a da defesa desses mesmos espaços. Sem o contínuo cuidado com a preservação das suas virtualidades vitais para a existência de cada grupo, pode suceder que este possa deixar de poder servir-lhe. É pois preciso que um trabalho mais ou menos contínuo lhe seja aplicado para evitar esse fim.

Biologicamente, no entanto, e em condições normais de um determinado aproveitamento, a dimensão demográfica do grupo pode e tende a aumentar. O equilíbrio entre a dimensão do grupo e as potencialidades de satisfação minimamente correcta é fundamental. Os mecanismos de defesa contra essa situação podem ter variado com as circunstâncias. Ou o grupo diminuía por qualquer forma, biologicamente - diminuição da natalidade, doenças degenerativas resultantes da fraca alimentação com consequente aumento da mortalidade geral - ou o grupo se divide em dois ou mais e procura organizar um outro espaço e o transforma num novo território. Uma terceira possível e intermédia hipótese é a conjugação de uma capacidade criativa com um esforço racional de intervenção no território no sentido de aumentar as suas potencialidades.

Deve ter havido períodos de abundância que, mesmo admitindo outros de maior ou menor penúria, permitiram uma densificação demográfica suficiente para que a diminuição dos espaços susceptíveis de suportar as necessidades acrescidas, possam ter criado situações de conflito entre diferentes grupos. Essas situações acirram os instintos de posse e os conflitos poderão ter eclodido com as consequências previsíveis. Mesmo que possivelmente já tivesse sido ultrapassada a radicalidade instintiva, a sobrevivência permanece e os conflitos podem ter aparecido e marcado os territórios, alterando-os de diferentes modos.

Ora, estamos na altura de entender o sentido de uma expressão característica de natureza geopolítica: *os estados fazem-se opondo-se*. Uma das consequências deste entendimento é o reconhecimento de que o território de cada grupo, para que possa ser reconhecido, de facto e *de jure*, pelos outros grupos, deve ser bem definido, isto é, deve ter claramente marcado onde começa e onde acaba em relação aos outros territórios. Enfim, deve ter fronteiras conhecíveis, reconhecidas e respeitadas como tal.

Este é um dos factos da herança cultural dos povos mais marcante e por isso mais encarniçadamente defendida. Esses espaços-território - quando a sua História como tal é suficientemente longa e profunda - assumem a expressão de Pátria, a terra dos Pais, atingem o nível do sagrado, do inalienável, enfim, muitas vezes, na literatura

romântica, são chão pelo qual se deve e se deseja mesmo morrer.

São sentimentos muito arreigados que uma educação não totalmente isenta de preconceitos e prejuízos, inculca nos jovens sem lhes abrir os olhos à capacidade que deverá haver para, sem renegar o passado, abrir-se também à necessidade de viver com os outros, cujos passados não são os nossos, mas cujos presentes e particularmente os futuros, podem ser comuns sem perda das respectivas identidades. São problemas de solidariedade convivencial.

Bem se pode compreender então porque razão a vontade de expansão de um grupo pode ter sido invocada a partir da implicação de conceitos como o do “sentido do espaço”, procurando justificar o direito à anexação ou conquista com base no pressuposto de outro conceito como o do “espaço vital”, à custa de outro grupo. A sua inspiração não pode ter provindo senão de um quadro quase puramente biológico onde o conceito de raças diferentes e a ideia de que existiria uma hierarquia entre elas justificava praticamente tudo.

De qualquer modo, um dos primeiros escolhos na busca de solução para uma Europa reinventada a construir, foi e continuará ainda a pesar no contexto dos esforços feitos e a fazer, para a ultrapassagem desses obstáculos profundamente herdados.

Começou a construção da Europa, como dissemos na primeira palestra, pelos cuidados no que respeitava prioritariamente à revitalização dos meios financeiros e possibilidades técnicas para reerguer um espaço que a guerra devastara humana e economicamente e, sem dúvida, complicara politicamente.

O pensamento político dos responsáveis de então, responsáveis e intervenientes activos tanto nos esforços da guerra como, no fim, obreiros da vitória, tinha subjacente uma ideia de federalização da Europa do pós-guerra. Pelo menos esse sentido dimana, com maior ou menor ênfase, de forma mais ou menos encoberta, do contexto dos discursos e das intervenções nas inúmeras reuniões, conselhos e assembleias, senão nos gabinetes ministeriais e mesmo no seio dos grandes grupos financeiros e nas organizações, federações e confederações industriais, nos sindicatos e nos partidos, em conversas preparatórias, que de uma forma ou outra transpareciam para os editoriais dos “opinion makers” da comunicação social da época.

Era ainda prevalecente - e mesmo talvez fortemente potencializado - o conceito de território nacional, que criou uma surda oposição às ideias que pudessem beliscar que fosse as suas heranças, as virtudes pátrias, os predicados compósitos das suas realidades históricas.

Como também já foi referido antes na passada palestra, a própria criação do chamado Conselho Europeu apontado como necessário no “Compromisso do Luxem-

burgo” de 1966, foi finalmente criado em 1987, pelo “Acto Único Europeu”, constituiu uma espécie de barreira muito clara à ideia de uma Federação Europeia como figurino político final da criada União Europeia a qual, pelo Tratado de Roma, de 1957, substituiu a designação de Comunidade Económica Europeia ou Mercado Comum.

Como é sabido, um dos mais significativos preceitos da criação do chamado Mercado Comum, era a queda das fronteiras nacionais entre os Estados membro. A livre circulação de pessoas e bens – que significava a ideia de estabelecer um mercado comum – se não quebrava ou anulava as regras de mercado, impunha o desaparecimento dos aparelhos alfandegários e das respectivas pautas alfandegárias nacionais entre os membros do Mercado Comum, embora continuassem sujeitos a todas as prescrições alfandegárias os nacionais ou os produtos e bens de Países terceiros ou não comunitários que franqueassem as fronteiras nacionais. Em concreto, o Mercado Comum, ficava definido para efeito das relações de toda a ordem – de pessoas e bens e das transitárias – a uma fronteira única com um regulamento relativo à passagem e estadias profissionais ou simplesmente turísticas de pessoas e uma pauta única que regulava as relações comerciais com empresas ou indivíduos comunitários ou actividades transitárias no espaço do Mercado Comum.

Como se pode calcular, não foi tarefa fácil convencer a aceitar esse primeiro quadro de um preceito antagónico ao conceito geral de soberania nacional, nem alterar o sistema que, tendencialmente e por definição, procuraria afinar os processos e métodos de defesa dessa mesma soberania. Isto, já para não falar em dois outros aspectos que dessa alteração tão profunda teriam de resultar. Refiro-me às consequências sociais, pelo que importava no respeitante aos quadros dos serviços que mantinham e faziam a cobertura cautelar, burocrática e, quiçá, económica, das actividades transfronteiriças e outras, como as de não menor responsabilidade, porque, ao reconhecer a livre circulação de pessoas dos Estados membro do Mercado Comum, não poderiam fazer facilmente tábua-raza dos problemas acrescidos no plano da Justiça contra, por exemplo, as variadas formas da criminalidade que não se correlaciona com a nacionalidade dos indivíduos. Os acordos de Shengen, que vieram a ser integrados no conjunto dos diferentes Tratados da construção da Europa, correspondem a um exemplo muito claro desta problemática que não diz respeito somente aos “Cidadãos da Europa” – isto é, aos futuros possuidores de uma reconhecida “Cidadania Europeia”, espécie de uma extensão de qualidade que não se substituirá no entanto à qualidade de cidadãos dos seus Países de origem.

Por outro lado, é evidente que a estrutura por assim dizer político-administrativa de cariz sectorial do Mercado Comum, a Comissão Europeia – mesmo com os outros órgãos que de certo modo podem controlar a sua acção, Conselho Europeu, Conselho de Ministros, Parlamento Europeu, Tribunal de Justiça das Comunidades, Tribunal de Contas e o hoje chamado Banco Central Europeu – nas suas relações com os Governos Nacionais dos Estados membro, podem ter, por vezes, dificuldades na implementação das directivas comunitárias que os Governos Nacionais são obrigados a respeitar e a promover a sua adaptação na legislação sectorial dos respectivos Estados.

Todavia, em contrapartida, os institutos financeiros criados, como se disse, com finalidades de apoio às políticas nacionais, através dos conhecidos Quadros de Apoio nas suas vertentes, como o FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), o FSE (Fundo Social Europeu) e FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e de Garantias Agrícolas), constituem factores muito favoráveis à implementação dos planos sectoriais de desenvolvimento.

Há, no entanto, aspectos completamente novos no âmbito das preocupações com os princípios gerais da fundamentação da Europa em devir.

Refiro-me – logicamente para além dos chamados Direitos Humanos – ao caso do princípio da subsidiariedade.

Na sua lógica ele nasce sequencialmente do reconhecimento do papel das regiões na implementação dos planos e das acções de desenvolvimento nos Estados membro, particularmente nos que se incluem nos chamados Quadros de Apoio Financeiro. A proximidade vivencial dos problemas pelas populações induz a necessidade de que esses planos e as acções próprias à sua implementação tenham a sua participação activa no estudo e preparação dos planos e das estratégias a prosseguir-los, incluindo as perspectivas dos seus utentes mais comuns como factor de justiça contra a reconhecida tendência natural para a centralização a nível governamental.

Outro princípio ainda, dito da precaução, não tem menor importância também. Ele corresponde a um tipo de reconhecimento até há pouco desprezado. Trata-se do direito a que as populações possam legalmente, perante os tribunais próprios, nacionais ou comunitários, tentar sustar decisões tomadas pelos corpos administrativos (governos centrais, governos regionais e autarquias) que considerem nocivos às suas condições de vida.

Este é um campo novo mas crescentemente reconhecido com base na ocorrência potencial de riscos, tanto físicos como principalmente os de origem humana e com este princípio e o direito de invocar se procura minimizar tanto as potenciais possíveis ocorrências mas

sobretudo os danos físicos e morais que não preciso de referir, já que recentemente o nosso País foi tão violentamente fustigado na sequência de tão flagrantes situações de incúria.

Creio que ainda – entre tantos outros aspectos que podem ilustrar as dificuldades dos percursos da “Construção de Europa” – conviria chamar a vossa atenção para um quadro um pouco diferente.

Como vimos, a criação de um mercado comum implicou – para além do que ficou dito atrás – de certo modo, que o conjunto de Estados membro possam ser considerados como um todo frente aos conjuntos possíveis de outros Estados, naturalmente não comunitários. As relações entre esses possíveis Estados não comunitários com os do Mercado Comum, fazem-se porém, naturalmente, sobre múltiplos outros aspectos que não só os de natureza económica. Para este caso, naturalmente, o Mercado Comum tem uma só fronteira e uma só pauta aduaneira, como se disse. No entanto, as relações podem ser, e são, muitas outras.

Há organismos e instituições aonde pertencem alguns Estados membro embora não todos. A totalidade dos Estados membro da União Europeia, pertence (alguns até antes de terem aderido ao Mercado Comum) à Organização das Nações Unidas-ONU, mas esta congrega muitos mais dos que contam os Estados membro da União Europeia; e há ainda outras instituições, como por exemplo a Organização do Tratado do Atlântico Norte-OTAN, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico-OCDE.

Que quer isto dizer? Antes de mais, que a complexidade criada por tão diferentes tipos de relações, com as suas dificuldades, umas correlacionadas com problemas comuns, como variáveis dependentes, outras completamente diversas e sem qualquer correlação, como variáveis independentes, tornam quase ingente a capacidade de gestão de todas essas participações. Estes aspectos têm ainda que ser vistos segundo um outro tipo de diversidades. Os Estados não podem ser considerados como simples unidades perfeitas. As respectivas unidades são afinal o resultado de infinitas variáveis que dia a dia se tornam cada vez mais directa ou indirectamente dependentes. Parece uma contradição ao que anteriormente disse, mas não o é.

O mundo tende nos nossos dias, e cada vez mais, a transformar-se numa “aldeia global”. E não se diga que esse facto é meramente uma questão de ordem económico-financeira, embora talvez seja essa a sua face mais visível.

Antes de mais temos que compreender que hoje, mercê das conquistas tecnológicas, o problema das relações tempo/distância, vai sendo cada vez mais minimizado. Por

esse motivo, a informação de toda a ordem, cada vez está mais independente da distância.

Por outro lado, as relações de toda a ordem dependem cada vez mais da informação. Não raro, sabemos que há conquistas tão inesperadas para o vulgo dos mortais, que parecem mais ficção do que realidades vividas.

Clonagem; observação não já da Lua, mas viagens que são autênticas jornadas de investigação científica a Marte; exploração dos fundos mais abissais dos oceanos não só para a descoberta dos possíveis seres vivos aí existentes, como prospecções de potenciais reservas de minérios industrialmente exploráveis; processos de observação e diagnóstico à distância via satélite; observações submarinas para televisionar os fenómenos de evolução da crosta terrestre e formas de compreensão dos efeitos sismológicos e vulcânicos; as conquistas biomédicas no ataque às doenças com tantas vitórias como derrotas. Enfim um imenso rol de passos não previsíveis há uma ou duas dezenas de anos.

Só que neste contexto pouco ou nada se consegue fazer num outro plano bem mais necessário de ser considerado.

Se falamos disso é porque nem sempre mesmo no quadro geral dos princípios invocados para a “Construção da Europa” e no seio dela, os passos dados, os caminhos percorridos foram coincidentes com o espírito essencial das ideias que lhe serviram de base.

A Europa parecia querer ser não a Mãe tutelar de uma Humanidade Universal, mas sim um exemplo que podia ser seguido, no respeito pelas identidades de cada espaço do globo terrestre – território comum.

Interrogamo-nos quanta vez perante a facilidade com que quase instantaneamente nos apercebemos – quer por palavras, quer por imagens nuas e cruas – das terríveis diferenças que se interpenetram, se confundem, se ignoram magesticamente ou se degladiam ferozmente, que chegamos a temer que os lados negativos da vida sejam para a Humanidade, aliás ainda pobre Humanidade, o *light motif*, do existir dos homens.

Sabemos agora pela recente profunda penetração no âmbito do código biológico dos seres vivos, o genoma, incluindo particularmente o do Homem, que não há diferenças ligadas ao ADN que possam justificar a divisão da Humanidade em função de características raciais. Podemos agora avançar que as diferenças que se encontram tão radicais em si mesmas não podem ser puramente genéticas mas são seguramente circunstanciais. Mas também não é possível argumentar só com as circunstâncias físico-naturais as causas dessas diferenças.

A Europa que gostaríamos de ver construída, devia também, não só ser erigida em nome dos seus princípios

fundamentais, a começar pelos Direitos Universais do Homem, mas pelo exercício efectivo da sua prática.

No quadro da evolução sofrida até aos nossos dias é forçoso notar que no percurso feito se foi agigantando o confronto potencial herdado das consequências do como os vencedores da Grande Guerra 1939-45 resolveram os problemas subsequentes. Ficou desde logo mais ou menos transparente que duas concepções básicas de filosofia política haveriam de manifestar-se também sob a forma de dois blocos onde pontificavam as duas superpotências, os E.U.A. e a URSS.

Embora a Itália tivesse sido um dos aliados do chamado Eixo, não conheceu qualquer sujeição às potências que afinal tinham libertado o seu território nacional, excepto uma ocupação militar que proporcionou uma primeira possibilidade de reconstituição.

O mesmo não sucedeu com a Alemanha. Neste caso, o território alemão foi dividido em 4 sectores de ocupação militar, entre a França, o Reino Unido, os E.U.A e a URSS. Berlim, antiga capital, por seu turno, foi também dividida em 4 sectores e as fronteiras a Oeste foram repostas quase em absoluto como eram antes da Grande Guerra 1914-18.

No Leste as coisas foram muito mais complicadas. As antigas fronteiras foram profundamente alteradas. A Prússia Oriental foi desanexada tal como os territórios polacos, checoslovacos e a Áustria. As conquistas efectuadas pelo III Reich até bem no interior europeu da URSS, bem com os territórios dos Estados que se fizeram seus aliados após a conquista alemã ficaram sob administração e autoridade de um Alto Comissário do III Reich como na zona de Ostland – Estónia, Letónia e Lituânia – e zona da Ucrânia e a Península da Crimeia e o Mar de Azof e ainda na Escandinávia, a Noruega e a Dinamarca.

No entanto, como a fronteira Oeste da Polónia avançou para o território que a Alemanha após 1914-18 anexara, isto é, até ao Oder, a URSS, fez avançar a sua para o território Oriental da Polónia, tal como, depois da chamada guerra da Carélia do Norte, entre a URSS e a Finlândia, a potência soviética conseguiu uma larga fatia e nunca mais considerou a sua posse como discutível.

A antiga Checoslováquia tal como os antigos estados balcânicos e a Roménia, a Hungria e a Bulgária, ocupados política e estrategicamente pelos exércitos soviéticos, permaneceram até há poucos anos ao monolítico bloco oriental sob indubitável controle da URSS, mas, de certo modo, com a excepção dos estados balcânicos – Croácia, Servia, Montenegro e também a Albânia – que, com a criação da chamada Jugoslávia, pelo Marechal Tito, conseguiram manter uma certa independência, tanto militar como política.

A Grécia, entretanto, sofrendo embora a vizinhança dos regimes de obediência comunista e mercê de uma guerra civil muito dolorosa, conseguiu manter as suas fronteiras incólumes.

Às primeiras manifestações dos movimentos internos de revolta surda contra o domínio soviético que, posteriormente, de forma aberta, mas não menos tragicamente marcados, ocorreram – por exemplo a Primavera de Praga e a sua brutal repressão e, alguns anos depois, o movimento de Walea que ficou conhecido pelo nome de Solidariedade nascido nos estaleiros de Gdansk (a antiga Dantzig) começaram a pôr em causa a pseudo-legitimidade do antigo vencedor oriental do Eixo.

Os movimentos internos, particularmente motivados pelas consequências diferenciais entre a chamada Alemanha Federal e a Alemanha de Leste, particularmente do ponto de vista da economia, da qualidade de vida mas não menos – embora mais surdamente – da falta dos direitos humanos, começaram a minar as estruturas rígidas do território oriental que resultou da iníqua partição do após guerra entre os vencedores. A República Federal da Alemanha, sempre protagonizou a ideia da reunificação da Alemanha e quando na própria URSS, se começaram a questionar os fundamentos das doutrinas marxistas-leninistas e suas práticas, pela chamada Perestróica de Gorbatchov, iniciou-se o desmoronar do império moscovita.

O quadro das relações pós-conflitos bélicos (1939-45) e o dito período da chamada “Guerra Fria”, veio alterar completamente o quadro das relações de toda a ordem entre o Bloco Ocidental e o Oriental.

Um dos aspectos mais complexos e todavia previsíveis mas de difícil controle foram os de natureza demográfica.

Como sempre, após os períodos de crise, por motivos de ordem económica e não só, é comum registarem-se aumentos positivos, por vezes, circunstancialmente muito fortes, do movimento geral das populações. Por outro lado, quando concomitantemente, as causas naturais deste facto se conjugam diferenciais condições entre os territórios, nascem as tendências para as migrações dos menos favorecidos para os mais favorecidos. Foi o caso entre as duas antigas Alemanhas: a Federal ou Ocidental e a Popular ou Oriental. Neste caso, a reunificação deu ao fenómeno naturalmente esperado, uma dimensão talvez não calculada. De um lado uma economia praticamente obsoleta e incapaz de se pôr em pé de igualdade com a economia do outro lado. Todavia, a partir da reunificação todos os alemães do antigo Leste como os do antigo Oeste passaram a estar em plena igualdade.

Mas havia na sequência outras populações que, libertadas dos jugos antigos mas não podendo invocar a qualidade de cidadão, puros emigrantes – começaram imediatamente a pensar na sua integração – como imigrados –

capazes de ajudar à reconstrução de uma Europa que ainda não terminara, mas que estava infinitamente mais próximo de o estar enquanto eles provinham de Países pouco menos que destruídos ou pelo menos delapidados, e, sobretudo, onde não conseguiam vislumbrar um horizonte de aceitável qualidade de vida.

Estes fenómenos não foram porém exclusivamente marcados pelas condições da reunificação da Alemanha Federal como estado unitário e já plenamente integrado no Mercado Comum ou União Europeia.

O fenómeno abrangeu muitos Estados, quer integrantes da União Europeia, quer exteriores a ela. Mas não menos alguns Países que, integrados na Comunidade Europeia, por circunstâncias várias, continuaram a aproveitar a livre circulação de pessoas e bens com idêntica finalidade.

Ao mesmo tempo, por todo o mundo, em resultado de complexas causas de natureza política, e não menos económica, religiosa, principalmente os chamados fundamentalismos exacerbados, alterações profundas nos sistemas políticos entretanto adquiridas pelo fim dos impérios coloniais e sem grande preparação para adaptar-se aos cânones das democracias de tipo ocidental e alguns tendo passado por figurinos de estrutura popular sem abdicar de velhas práticas e costumes ancestrais, vieram acrescentar ao grande êxodo em direcção à Europa, contingentes que trazem consigo problemas bem mais difíceis de resolver.

Resta ainda acrescentar – mesmo sem ter a pretensão de tudo abarcar e nada esquecer – porque na realidade estes fenómenos e factos resultam da incidência de múltiplos factores em geral interactivos e potencializadores uns dos outros, naturais uns, humanos outros, que é muito delicado o equacionamento da sua compreensão.

Bastará pensar que – como antes se podia já aventar – a construção da Europa tem também um sentido profundo de natureza geo-estratégica, isto é, uma Europa nova construída como um todo poderá figurar e “funcionar” como uma espécie de bloco-tampão entre o Bloco Ocidental e o Bloco Oriental, tal como noutros tempos as políticas dos Estados mais hegemónicos criaram Estados soberanos que se interpunham para diminuir os potenciais conflitos latentes entre eles.

Finalmente e para terminar, direi ainda de um aspecto que me parece um pouco difícil de coadunar ao espírito da Construção da Europa. Refiro-me à criação, na sequência dos trágicos acontecimentos nos Balcãs, após o desfazer da Jugoslávia. Velhíssimo e complicado xadrez de etnias, religiões e mesmo de ideologias, criou nessas circunstâncias uma série de conflitos que pareceriam à primeira vista contraditórios com o interesse que teriam no alargamento da União Europeia aos seus territórios.

Por sua vez o Mercado Comum veria com um certo interesse a sua extensão para o Sudeste europeu, onde a Grécia aparece como seu último Estado. Talvez por tudo isso, mas sem dúvida também para, com a OTAN a tentar opor-se a essas lutas fratricidas que têm custado tantas vidas, tantas destruições e tantos gastos, resolveu criar uma força de intervenção que aí, ou em qualquer outro ponto da Europa, pudesse actuar.

Por tudo isto, como podem ter-se apercebido das minhas descoloridas palavras, se os “homens de boa vontade” quiserem criar um futuro mais digno para a Humanidade, muito têm ainda que fazer.

Eu, por mim entendo que, *ab initio*, essas tarefas só têm uma forma de encontrarem o fim desejado. É serem antes de mais tarefas de todos e para todos. Depois é preciso que elas impliquem uma constante procura das soluções e isso só se consegue através de uma contínua Educação.

Não basta simplesmente, como hoje se propugna e pretende inculcar como se o fora uma aprendizagem especializada e com fundamentação economicista. É preciso que o Saber e a capacidade de o aplicar ao bem-estar e à elevação contínua de toda a Humanidade seja uma verdadeira Cultura em contínuo devir.

BIBLIOGRAFIA

Hoje em dia é praticamente impossível abarcar pela sua complexidade e, em especial, pelas características interdisciplinares da matéria - condensadíssima nestas duas palestras - tudo quanto de pertinente e significativo se publicou e continua a publicar-se.

Além das indicações inscritas em notas de rodapé que se dão na primeira palestra, sobretudo porque se citaram Autores ou pelas características dos espécimes, parece-nos ser interessante indicar agora e aqui outro tipo de material cujas características introdutórias podem ajudar:

Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura. Edição Século XXI, Lisboa-São Paulo, Editorial Verbo, 1999, a verba *EURO-Europa*, Vol. 11, pags. 387/417;

Enciclopédia Visual e Temática Larousse. Versão Portuguesa das Selecções Reader's Digest, Lisboa, BETA, Projectos Editoriais, Lda., 1ª Edição, 1995, colunas 686/694;

50 Anos de Europa: Os grandes textos da construção europeia, Coord. e Notas de Paulo de Almeida SANDE. Lisboa, Publicações do Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu, 1977;

TIZZANO, António, VILAÇA, José Luis e GORJÃO-HENRIQUES, Miguel - *Código da União Europeia*. Coimbra, Livraria Almedina, 1997.